

ESTABILIDADE MONETÁRIA E CAMBIAL E A PANDEMIA DA COVID-19

Edenin Pontes Neto ¹
Marcelo Loureiro Reis ²

RESUMO

O Plano Real atuou ativamente na estabilização macroeconômica do país frente ao quadro de hiperinflação. Mas agora, com a pandemia da covid-19, a estabilidade volta a ser um fator de preocupação para a economia. Este artigo objetivou viabilizar a compreensão dos impactos gerados à estabilidade monetária brasileira em decorrência do Plano Real e seu desdobramento frente ao quadro da pandemia da Covid-19. A pesquisa é caracterizada como descritiva, com abordagem qualitativa e utilizou os procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental. Concluiu-se que a política macroeconômica implantada com a criação do Plano Real foi capaz de controlar os impactos negativos de uma inflação descontrolada ao se observar a queda brusca nos índices inflacionários desde sua implantação, como também a estabilidade monetária. Pode-se afirmar que os fundamentos do Plano Real, após 27 anos de sua implantação, ainda impactam de forma positiva na condução da política macroeconômica brasileira. Contudo, deve-se levar em consideração que os impactos da nova crise global em virtude da Pandemia da Covid-19, acenderam um alerta quanto aos riscos de uma nova ascensão dos índices inflacionários e de uma nova desestabilização macroeconômica do país.

Palavras-chave: Economia. Inflação. Plano Real. Políticas Macroeconômicas.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Administração pela Faculdade Novo Milênio. E-mail: edeninpontes02@gmail.com.

² Economista. Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Especialista em Comércio Exterior pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES; Pós-graduado MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE; Pós-graduado MBA em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER; Pós Graduado em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER; Professor da Faculdade Novo Milênio. E-mail: marcelo.reis@novomilenio.br.

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2014), ao estudar a economia como um todo, a macroeconomia analisa a determinação como também o comportamento dos grandes agentes agregados, os quais podem ser renda e produto nacional, nível geral de preços, emprego e desemprego, taxa de câmbio, entre outros.

Dentro do contexto macroeconômico, Vasconcellos e Garcia (2014) expõem que as políticas macroeconômicas estabelecem metas que objetivam alcançar alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda socialmente justa, crescimento econômico, entre outros. Para que as metas alcancem esses objetivos, as políticas macroeconômicas dispõem de instrumentos onde os principais são a política fiscal, a política monetária, a política cambial e a política de rendas.

Um grande exemplo de aplicação de políticas macroeconômicas são os planos econômicos implantados no Brasil entre os anos de 1986 e 1993.

De acordo com Cardoso (2003), os planos econômicos denominados de Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor I e II, foram implantados na tentativa de frear a inflação e estabilizar a economia, no entanto, não conseguiram alcançar resultados duradouros para a economia brasileira.

O processo de implantação de um novo plano econômico, o Plano Real, teve seu início em 1993, vindo a ser efetivado em 1º de julho de 1994 com o início da circulação do real, a nova moeda nacional.

O plano trouxe mudanças expressivas ao cenário da economia brasileira que apresentava desvalorização cambial e monetária, além de elevados índices inflacionários que chegaram bem próximos à casa dos impressionantes 2.000% no acumulado de doze meses (SILVA E LUIZ, 2018).

De acordo com Banco Central do Brasil (2019), o Plano Real atuou como um processo de estabilização monetária e cambial, cujo sucesso teve a representatividade da quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil.

Com a criação e implantação do Plano Real, os impactos negativos de uma inflação descontrolada, que no acumulado de doze meses atingiu expressivos 4.922% em junho de 1994, foram controlados, atingindo, já no ano seguinte, a marca de 22%.

Segundo dados do Bacen, de 1995 até 2020 foram raras as ocasiões em que o índice inflacionário superou a casa dos 9% no acumulado de doze meses do IPCA. Em 2020, por exemplo, o acumulado de doze meses alcançou 4,52%.

As políticas macroeconômicas e a constante atuação do Banco Central do Brasil têm assegurado a estabilidade monetária e cambial do país mesmo com a ocorrência de crises nacionais e internacionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

No entanto, desde o primeiro trimestre de 2020, a crise global causada pela pandemia da Covid-19 vem impactando significativamente a economia de diversos países, inclusive a do Brasil, de maneira que a estabilidade econômica destes vem sendo colocadas em xeque.

Diante deste contexto, surge a seguinte questão: o Plano Real ainda produz impactos positivos à estabilidade monetária e cambial do Brasil mesmo com a pandemia da Covid-19?

Apesar de sua relevância para a economia brasileira, muitos ainda desconhecem os motivos que levaram à implantação do Plano Real, como também os impactos gerados por ele ao longo dos anos e seu desdobramento diante de crises nacionais e internacionais.

Diante deste contexto, este artigo tem por objetivo geral viabilizar a compreensão dos impactos gerados à estabilidade monetária e cambial brasileira em decorrência do Plano Real, bem como seu desdobramento frente ao quadro da pandemia da Covid-19. Para tal, busca-se conceituar as políticas macroeconômicas com seus instrumentos e modelos; contextualizar a economia brasileira antes e após o Plano Real; conceituar a pandemia da Covid-19 e contextualizar a economia brasileira frente ao quadro de uma pandemia global.

POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

As políticas macroeconômicas podem ser entendidas como ações planejadas por governantes de Estado por meio da política cambial, da política monetária e da administração fiscal, as quais devem favorecer o investimento com vistas à geração de empregos, renda e industrialização sofisticada (SICSÚ, 2008).

Vasconcellos (2015) afirma que, com vistas a garantir que a economia tenha condições de operar em um cenário de pleno emprego, de baixos índices inflacionários e com justa distribuição de renda, as políticas macroeconômicas abrangem a atuação governamental sobre a capacidade produtiva (produção agregada) e sobre as despesas planejadas (demanda agregada).

Em países em desenvolvimento as políticas macroeconômicas devem conciliar taxas de inflação relativamente baixas e estáveis, taxas reais de câmbio competitivas e relativamente estáveis, taxas de juros inferiores às taxas de retorno do capital, déficit público próximo a zero e crescimento significativo de salários acompanhando o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho (OREIRO, 2012).

Esta seção apresenta os conceitos dos principais instrumentos de políticas macroeconômicas.

Política Fiscal

De acordo com Politize! (2017), para o setor público, o principal instrumento de política econômica é a política fiscal, a qual pode ser definida como o planejamento orçamentário do Estado, onde, ao apresentar maiores índices de receita em relação às despesas, tem-se o superávit e, em contrapartida, o déficit quando os índices de receita são menores.

Segundo Vasconcellos (2015), todos os instrumentos de arrecadação de tributos e controle de despesas, os quais competem ao governo, estão diretamente relacionados à política fiscal, a qual pode estimular ou até mesmo desestimular gastos privados em consumo ou investimento.

Para o Ministério da Economia (2020), a política fiscal reflete o cumprimento das funções de estabilização econômica, de redistribuição de renda e de alocação de recursos, desempenhando, cada uma delas, papéis importantes no cenário econômico. Dessa forma, a sustentação do crescimento econômico, preços estabilizados e baixos níveis de desemprego são papéis promovidos pela estabilização econômica, enquanto a redistribuição de renda, como o próprio nome sugere, tem a competência de garantir a equitativa distribuição da renda. Já a

alocação de recursos consiste na compensação das falhas do mercado através da eficiência no fornecimento de bens e serviços públicos.

Vasconcellos (2015) ainda afirma que ao se objetivar a redução da inflação, a política fiscal pode ser utilizada para a redução dos gastos públicos ou ainda no aumento da carga tributária. Mas, ao se objetivar maiores índices de crescimento e emprego, a aplicação deve ocorrer inversamente. E por fim, se os objetivos forem a distribuição de renda, a política fiscal deverá ser aplicada seletivamente para que grupos menos favorecidos sejam beneficiados por tais instrumentos.

Política Monetária

Para Vasconcellos (2015), a política monetária está relacionada ao controle exercido pelo governo sobre a oferta de moeda, de crédito e também das taxas de juros por meio de instrumentos como emissão de moeda, reservas compulsórias e regulamentação de taxas de juros e crédito.

De forma similar, Politize! (2017) define a política monetária como o conjunto de medidas adotadas pelo governo com o objetivo de controlar a oferta de moeda de acordo com as necessidades econômicas do país.

De acordo com Lopes e Soares (2018), a política monetária tem potencial para estimular a atividade produtiva de um país em face de seu objetivo primordial pela busca da estabilidade inflacionária.

O Banco Central do Brasil (2021) é enfático ao dizer que o valor do dinheiro é preservado por meio da estabilização dos preços, de maneira que o poder de compra da moeda consegue ser mantido. E, em face a esta estabilização, torna-se possível um melhor planejamento, quer seja para investimentos ou gastos.

Vasconcellos (2015) ainda salienta que a política monetária e a fiscal podem ser vistas como instrumentos diferentes, mas que apresentam similaridade quanto suas finalidades. Por exemplo, no que tange o controle da inflação, a política monetária procura reduzir o quantitativo monetário na Economia. Mas, no que tange o crescimento econômico, o processo ocorre inversamente.

Política Cambial

De acordo com o Banco Central do Brasil (2021), a política cambial pode ser definida como o conjunto de medidas responsáveis pela definição do regime de taxas de câmbio e regulamentação de suas operações. Estabelecendo assim, o relacionamento financeiro existente entre o país e o restante do mundo.

Vasconcellos (2015) diz que a política cambial está diretamente associada ao setor externo da economia e às taxas de câmbio controladas pelo Governo, como por exemplo, a taxa de câmbio flutuante. Seus instrumentos tanto podem incentivar as exportações como também estimular ou desestimular as importações.

O Banco Central do Brasil (2021) destaca que a vida do cidadão é impactada pela condução da política cambial, ainda que este não possua qualquer transação fora do país. Isto porque produtos importados ou mesmo exportados, têm seus preços direta ou indiretamente refletidos pela taxa de câmbio, razão pela qual os demais preços praticados são influenciados dentro da economia.

Política de Rendas

A política de rendas pode ser considerada como um conjunto de medidas que buscam alcançar uma distribuição socialmente justa da renda. Vasconcellos (2015) também a denomina como controle de preços e salários, onde alguns destes controles podem vir a ser observados no âmbito de políticas monetária, fiscal e cambial.

Utilizada no controle da inflação, a política de rendas impacta diretamente salários, aluguéis, lucros e também os juros (VASCONCELLOS, 2015).

PLANOS ECONÔMICOS

Os planos econômicos são exemplos de aplicabilidade das políticas macroeconômicas na busca por se alcançar os mais altos níveis de emprego, a estabilização dos preços, a distribuição da renda de forma socialmente justa, e o tão almejado crescimento econômico.

Esta seção apresenta, brevemente, os planos econômicos implantados no Brasil, a partir de 1986, objetivando a estabilização econômica e o controle da inflação.

Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II

Segundo Pereira (1998) a economia brasileira vinha de um longo período de crescimento, mas, diante de uma estagnação econômica e de altas taxas de inflação, a economia adentrou num período de crise profunda nos anos 80.

A economia brasileira veio a apresentar sinais de retomada de crescimento em 1984, vindo a atingir um índice de crescimento de 5,4% do PIB e, no ano seguinte, um índice ainda maior com 7,8% (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Apesar da retomada do crescimento, as altas taxas de inflação continuavam a desestabilizar a economia brasileira. Diante desse contexto, em 28 de fevereiro de 1986, durante o governo de José Sarney e, por meio de seu ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o Plano Cruzado foi implantado no Brasil, instituindo o Cruzado como a nova moeda nacional.

Giambiagi *et al.* (2011) denotam um notório sucesso inicial do Plano Cruzado, ao observarem uma redução dos índices de preços ao consumidor, que estavam em torno de 15% ao mês em fevereiro de 1986, para próximo de zero nos meses subsequentes a implantação do plano.

Pereira (1998) caracteriza o Plano Cruzado como um método heterodoxo de estabilização da economia baseado na política de congelamento de preços, o qual, apesar de bem formulado, provocou excesso de demanda e gerou exponencial crescimento da inflação.

Em novembro de 1986 foi adotado o Cruzado II, objetivando aumentar a arrecadação do PIB em 4% e conseguir contornar o abandono do congelamento de preços. No entanto, com a extinção do congelamento dos preços, em fevereiro de 1987 decretou-se oficialmente o fim do Plano Cruzado (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

O Plano Bresser, sucessor do Plano Cruzado, foi implantado em junho de 1987, pelo então ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira, permanecendo até dezembro do mesmo ano.

Pereira (1998) descreve o Plano Bresser como heterodoxo de emergência, sem medidas de desindexação econômica, sem reforma monetária e sem ocorrência de congelamento do câmbio. Baseado apenas em um congelamento temporário de preços e um ajuste fiscal incompleto.

De acordo com Giambiagi *et al.* (2011), o Plano Bresser não teve a pretensão e nem mesmo conseguiu alcançar índices de inflação próxima de zero, como seu antecessor, mas ainda assim apresentou, inicialmente, certo sucesso na busca pela redução da inflação, baixando de 26,1% em junho para 3,1% em julho e 6,4% em agosto. Mas, acordos salariais e o não alcance da redução do déficit público, favoreceram um novo aumento da inflação, atingindo 14% em dezembro de 1987.

O Plano Bresser, por falta de apoio político e diante de crescente insatisfação popular, sucumbiu em dezembro de 1987 e ainda culminou no pedido de demissão do ministro Bresser.

Instituído em 14 de janeiro de 1989, o Plano Verão adotou o Cruzado Novo como nova moeda nacional e caracterizou-se como um programa híbrido, apresentando elementos ortodoxos e heterodoxos.

Giambiagi *et al.* (2011) apontam que no Plano Verão estavam contidos os elementos ortodoxos de redução de despesas, reformas administrativas, limite de emissão de títulos e restrição de crédito, como também os elementos heterodoxos de congelamento de preços e salários. Os autores ainda observam que, como vistas a se evitarem os erros do Plano Bresser, novas regras de indexação não foram decretadas, tornando o congelamento de preços e salários por tempo indeterminado.

O Plano Verão buscou sustentar-se em elevadas taxas de juros, alcançando, já no primeiro mês de atuação, um índice de variação de 16% ao mês. Tal decisão potencializou seu fracasso e culminou em um colapso que levou a taxa de inflação a índices superiores a 50% a.m. em dezembro de 1989, transformando uma inflação já elevada em uma hiperinflação (PEREIRA, 1998).

Giambiagi *et al.* (2011) destacam que a inflação entrou em rota ascendente e, com a extinção dos indexadores, a economia foi impactada com uma elevação expressiva da inflação, ultrapassando a marca de 80% a.m. no começo de 1990.

Entre os anos de 1990 e 1991, sob o governo de Fernando Collor, foram implementados dois novos planos de estabilização econômica, intitulados de Plano

Collor I, onde o cruzeiro foi novamente adotado como o padrão monetário brasileiro, e Plano Collor II.

Segundo Pereira (1998), o Plano Collor I possuía uma aparência heterodoxa por envolver um rápido congelamento de preços, mas, em sua essência, era ortodoxo, estando apoiado no corte da liquidez financeira do sistema. Em relação a inflação, obteve êxito ao baixar uma taxa de 82% em março, para 3% em abril de 1990. Contudo, o abandono da política de renda culminou em seu fim e o marcou como um plano de estabilização incompleto.

Já o Plano Collor II, adotado em 1991, é classificado por Pereira (1998) como um tipo de retificação do Collor I, e não como um plano de estabilização em si. Apresentando grande elevação dos preços públicos em conjunto com congelamento de preços emergenciais, elevou imediatamente a inflação.

Giambiagi *et al.* (2011, p. 132) são categóricos ao afirmarem que “os planos econômicos Collor I e II não apenas fracassaram em eliminar a inflação, como resultaram em recessão e perda de credibilidade das instituições de poupança”.

O Plano Real

O Plano Real foi o plano econômico responsável pela instituição do real como a nova moeda oficial do Brasil, sendo empreendido em 1993, durante o governo de Itamar Franco e sob a liderança do então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso (MARQUES E FERREIRA, 2012).

Seu propósito foi trazer estabilidade econômica ao país, visto que este apresentava crescentes índices inflacionários, chegando a ultrapassar a expressiva marca de 4.000% no acumulado de 12 meses em julho de 1994, pouco antes do início da circulação da nova moeda nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

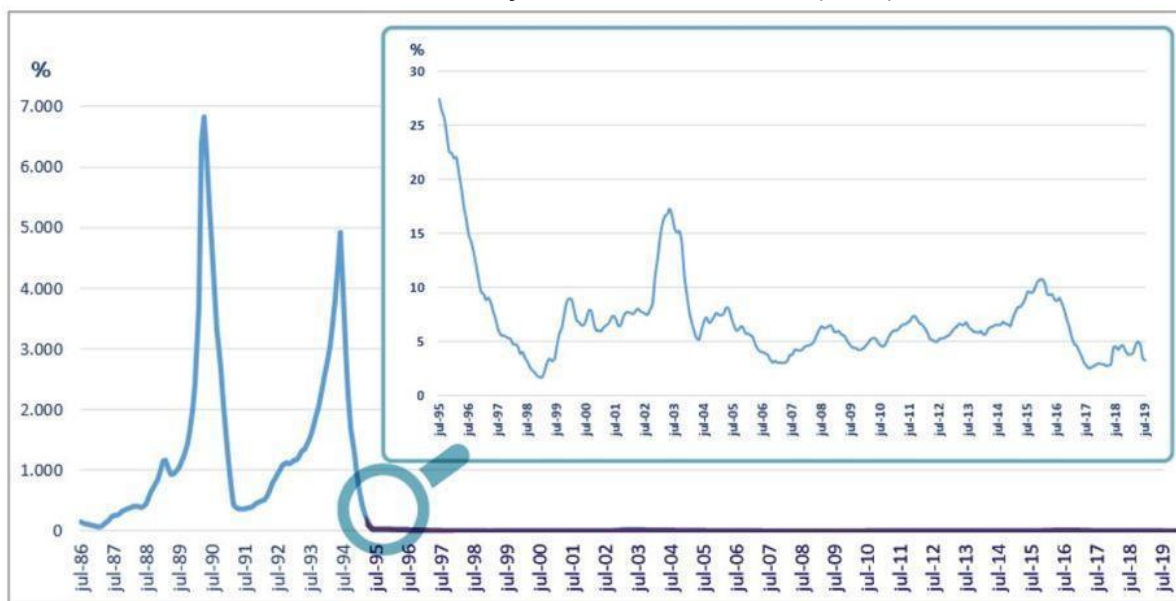
A importância do Plano Real se apresenta no fato de que este foi capaz de promover o início do controle sobre os índices inflacionários enquanto os planos econômicos anteriormente implantados ficaram marcados por medidas como congelamento de preços, que, no entanto, não eram capazes de conter a monstruosa inflação que provocava constantes altas nos valores dos produtos (VASCONCELLOS E GARCIA, 2014).

A estabilização da economia era um desafio com aspecto resistente diante das diversas tentativas de conter a inflação. A concepção e implantação do Plano Real por Fernando Henrique Cardoso, com o apoio de uma equipe de economistas, estabelecia o equilíbrio das contas do governo com vistas a eliminar a inflação (LACERDA *et al.*, 2018).

Lopes e Soares (2018) apontam que a série temporal dos índices inflacionários medidos pelo IPCA, sofreu uma importante ruptura estrutural após a implantação do Plano Real.

Dados do Banco Central do Brasil mostram que, a partir da implantação do Plano Real, a inflação que até então estava descontrolada e chegando a atingir expressivos 4.922% no acumulado de doze meses em junho de 1994, pode ser controlada, atingindo em julho do ano seguinte a marca de 22%.

Gráfico 1 – Inflação em 12 meses – IPCA (IBGE)



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Apesar da resolutividade do Plano Real diante do equilíbrio das contas públicas e sobre o controle da inflação, crises econômicas e ataques especulativos contra a nova moeda demandavam por novas medidas que fossem capazes de neutralizar os efeitos nocivos causados por elas.

Giambiagi *et al.* (2011) relatam três crises importantes que abalaram o mercado financeiro internacional e que afetaram o Brasil entre o final de 1994 e o ano de 1998. A primeira eclodiu no México no final de 1994 e impactou os mercados

emergentes no primeiro semestre de 1995. A segunda ocorreu em 1997 na Ásia. E a terceira em 1998 na Rússia.

Após os ataques especulativos ocorridos em 1995, 1997 e em 1998 contra o Real, a alta taxa de juros, usualmente adotada como instrumento de combate a estes ataques, já não se mostrava suficientemente eficaz para neutralizar seus efeitos (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Diante desse contexto e com o risco de uma nova elevação da inflação, em 1999, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e com Armínio Fraga como Presidente do Banco Central do Brasil, foi implantado um sistema de ajuste fiscal, conhecido como tripé macroeconômico.

De acordo com o relatado pelo Banco Central do Brasil (2019), Armínio Fraga pontua que o cenário de introdução do novo sistema apresentava tanto a necessidade de se ancorar as expectativas, como também de se reduzir a inflação.

Constituído por uma taxa de câmbio relativamente livre, por metas de inflação e por metas fiscais de geração de superávit primário, o chamado tripé macroeconômico foi o regime de política macroeconômica que prevaleceu no Brasil de 1999 até 2005 (OREIRO, 2015).

Quadro 1 – Descrição dos componentes do Tripé Macroeconômico

Tipo de Política	Objetivos	Metas Operacionais	Instrumentos
Política monetária	Estabilidade da taxa de inflação a curto-prazo Inflação baixa a longo-prazo	Metas declinantes de inflação.	Taxa de juros de curto-prazo
Política Fiscal	Dívida pública como proporção do PIB baixa e estável no médio e longo prazo.	Meta de superávit primário	Redução do investimento público
Política Cambial	Autonomia da política monetária	Nenhuma	Livre flutuação da taxa nominal de câmbio.

Fonte: Oreiro (2015).

De acordo com Politize! (2016), câmbio flutuante é aquele onde ocorre variação de preço de uma moeda para outra no mercado de câmbio com base na oferta e na

procura por esta moeda. Já a meta de inflação é o mecanismo utilizado para que a taxa de inflação anual seja determinada e, partir dela, se estabelece a taxa básica de juros (Taxa Selic). Por fim, a meta fiscal consiste no estabelecimento de uma meta positiva que sinaliza condições favoráveis do governo arcar com seus compromissos financeiros.

Desde a implantação do Plano Real, foram raras as ocasiões em que a inflação superou a casa dos 9%, mesmo com interferências de diversas crises internacionais e internas. O plano atravessou diversas crises econômicas, como por exemplo, a de 2008 que, segundo Politize (2020), é vista por grande parte dos economistas como a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929.

Diante da crise mundial de saúde, provocada pela rápida disseminação do novo coronavírus (Covid-19) no início de 2020, a economia mundial foi diretamente impactada e a estabilidade monetária e cambial brasileira volta a ser um fator de preocupação para a economia nacional.

A PANDEMIA DA COVID-19 E A ECONOMIA BRASILEIRA

A partir de 11 de março de 2020 o mundo foi inserido em um cenário de pandemia pelo surto de Covid-19. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2020), “o termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo”.

A pandemia da Covid-19 eclodiu na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, sendo rapidamente disseminada por todo o mundo (FERREIRA JUNIOR E SANTA RITA, 2020).

Leal (2020) denota que um novo tipo de coronavírus, denominado Covid-19, assolou o mundo no início de 2020, apresentando alto grau de contágio e letalidade e culminando em medidas apelativas de confinamento, pelos governos mundiais, na tentativa de contenção da disseminação da doença que ainda não possuía uma vacina para imunização da população.

Gullo (2020) destaca que, tanto a economia mundial como a brasileira, não adentraram o ano de 2020 com índices de crescimento satisfatórios. A autora ainda

observa que a disseminação da Covid-19 no continente americano, após expressivos estragos na China e principalmente na Itália, foi tão devastadora quanto a ocorrência de um furacão.

Diante da rápida disseminação do novo coronavírus e do crescente número óbitos, medidas de confinamento e distanciamento social foram intensificadas pelos governos. O isolamento social derrubou significativamente a atividade econômica, de maneira que apenas atividades consideradas essenciais permaneceram em pleno funcionamento, enquanto aquelas não essenciais tiveram suas atividades interrompidas (GULLO, 2020).

Observa-se que, apesar de se enquadrar como uma crise sanitária, a Pandemia da Covid-19 possui forte viés econômico em virtude de impactar diretamente a economia mundial em escalas surpreendentes. Para Cardoso (2020, p. 616):

A brutal crise econômica em curso, comparável à Grande Depressão de 1929, não foi causada, e sim acelerada pela pandemia do Covid-19. Esta já é a maior crise econômica e financeira global desde os anos de 1930, e foi denominada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de “*great lockdown*”.

De acordo com Ferreira Junior e Santa Rita (2020), a rápida difusão da Covid-19 impactou a economia global com intensidade e ritmo superior aos vivenciados na crise econômica de 2008 como também na grande depressão dos anos de 1930.

Ferreira Junior e Santa Rita (2020) ainda afirmam que a pandemia da Covid-19 gerará instabilidade financeira em face do desemprego e consequente aumento da inadimplência, tanto por parte das famílias quanto pelas empresas.

De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil (2020), importantes efeitos sociais e econômicos foram ocasionados diante da pandemia da Covid-19, o que influenciou diretamente as atividades econômicas dos bancos centrais em todo o mundo, bem como também na condução de suas políticas monetárias.

Ainda de acordo com Banco Central do Brasil (2020), a pandemia da Covid-19 provocou uma contração econômica fazendo com que os gastos das famílias com cartões de crédito sofressem redução devido ao aumento do risco de desemprego e da perda de renda futura.

Gullo (2020) afirma que a queda no faturamento e cancelamento de pedidos compõem os mais expressivos impactos no setor industrial e ainda observa que o setor de turismo será um dos últimos a retomar suas atividades com normalidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada quanto à abordagem como qualitativa e quanto a seu objetivo, caracteriza-se como descritiva.

Para Gil (2008, p. 28) as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O autor ainda destaca que as técnicas padronizadas utilizadas na coleta de dados em pesquisas descritivas, possibilitam que incontáveis estudos sejam classificados com esta designação.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados esta pesquisa se enquadra como bibliográfica e documental. Quanto a sua aplicabilidade, a pesquisa é básica e o método utilizado é o hipotético-dedutivo.

DISCUSSÃO

Os anos de 1985 a 1989, conhecido como o período da chamada “Nova República”, apresentaram um conjunto de experiências malsucedidas de tentativas de estabilização da inflação, que ficaram guardadas na lembrança de muitos brasileiros. Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (19887) e Plano Verão (1989), três planos de estabilização implantados durante o governo de José Sarney, que, do ponto de vista do combate à inflação, foram ineficazes (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Os anos de 1990 a 1992 foram marcados por novos insucessos no âmbito da busca pelo controle da inflação e da estabilização econômica. Novamente dois planos de estabilização, Plano Collor I e Plano Collor II, foram lançados, mas sem efeitos positivos duradouros para a economia, que pelo contrário, acabaram por desestabilizar ainda mais a economia e criar um cenário de hiperinflação.

A economia brasileira alcançou uma taxa de crescimento médio em torno de 7% de 1930 até 1980, mas se encontrava estagnada desde meados de 1980, de maneira

que a inflação ultrapassou a marca de 80% ao mês no início dos anos de 1990 (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Observa-se que economia brasileira buscava maneiras se desvencilhar dos efeitos nocivos da inflação através de planos econômicos, os quais não conseguiram lograr êxitos definitivos, apresentando, de um modo geral, a política de congelamento de preços que acabavam por trazer outros efeitos prejudiciais ao mercado, como por exemplo, o esgotamento de carnes nos supermercados em 1986 durante o Plano Cruzado (LACERDA *et al.*, 2018).

Giambiagi *et al.* (2011) são enfáticos ao afirmarem que os sucessivos fracassos nas tentativas de combate à inflação agravavam ainda mais a crise financeira do País.

Estabilização duradoura

Apenas a partir de 1993, com a implantação do Plano Real, e em 1994, com a efetivação do plano, o cenário econômico nacional começou a apresentar mudanças positivas e duradouras.

O Plano Real conseguiu apresentar meios de conter os efeitos da inflação através do equilíbrio das contas governamentais e principalmente pela adoção de uma unidade monetária com reais poderes aquisitivos (GREMAUD *et al.*, 2017).

De acordo com Banco Central do Brasil (2019), o Plano Real atuou como um processo de estabilização monetária e cambial, cujo sucesso teve a representatividade da quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil. Ocorrendo uma mudança considerável no panorama da inflação após o início da circulação da nova moeda, de maneira que a inflação finalizou o ano de 1994 com 916%, seguido de uma convincente redução para 22% em 1995.

Anteriormente a implantação do Plano Real, a inflação permanecia acima de dois dígitos e as remarcações de preços dos produtos nos mercados eram feitas diariamente, fazendo com que muitas vezes ocorresse a falta de produtos nas prateleiras, pois aqueles que podiam estocavam alimentos temendo as sucessivas altas. Tanto os preços dos produtos como os salários eram reajustados automaticamente após a divulgação da inflação do último mês, gerando um efeito cascata (SOARES, 2015).

Os mais prejudicados sempre eram os mais pobres por não possuírem condições de se defenderem das constantes perdas ocasionadas pela desvalorização da moeda.

Nesse contexto, o Banco Central do Brasil (2021) salienta que “...a inflação alta prejudica principalmente as famílias de baixa renda, uma vez que estas têm mais dificuldade de se proteger contra a perda do valor real da moeda”.

Com o Plano Real em execução e a nova moeda em circulação, as remarcações diárias de preços, bem como os reajustes mensais de salários, acabaram graças à estabilidade do poder aquisitivo do real (SOARES, 2015).

Logo se pode enxergar a importância do Plano Real para estabilização da economia brasileira após anos de duros impactos decorrentes da elevada inflação ocasionada pelo desequilíbrio das contas públicas.

Vasconcellos e Garcia (2014) dizem não restar dúvidas quanto ao sucesso do Plano Real no controle da inflação, a qual girava em torno dos quatro dígitos anuais e dois mensais, passando para um dígito anual. E, com o Plano Real, a monstruosa inflação que muitos denominavam de “dragão” por sua grande representatividade negativa, agora passa a um patamar mais baixo onde é possível se planejar economicamente sem o medo constante causado pelas incertezas oriundas de uma instabilidade econômica do país.

Variação da inflação e do câmbio

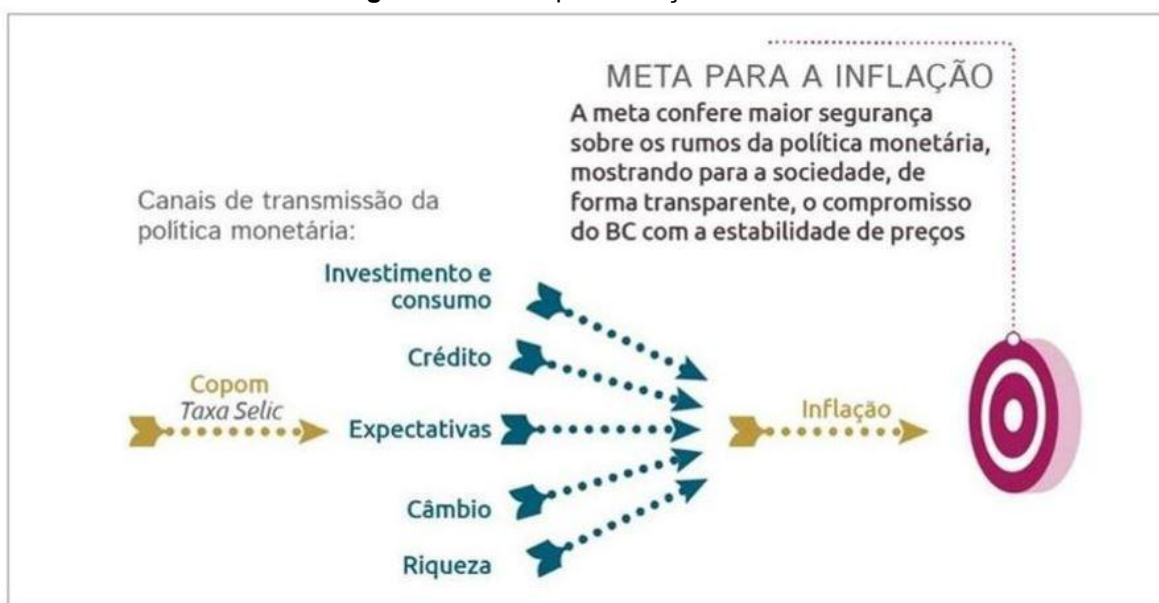
Para garantir a estabilidade macroeconômica do país, o Banco Central tem por objetivo fundamental a manutenção do controle da inflação, visando mantê-la próxima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). É justamente a estabilidade dos preços que viabiliza a manutenção do poder de compra do real e o seu valor diante do mercado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Para atingir o objetivo de controle da inflação e cumprir a meta, o BC faz uso do instrumento de política monetária conhecido por Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Este instrumento é um índice orientador para os bancos e demais instituições financeiras no que diz respeito à cobrança de juros. Desta forma, a Selic é classificada como uma taxa básica de juros que opera por diversos canais

e afeta outras taxas de juros, vindo assim a influenciar diretamente o comportamento da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020; POLITIZE!, 2016).

O Banco Central do Brasil (2021) destaca que o regime de metas para inflação representa o conjunto de procedimentos que visam a garantia da estabilidade de preços no país. De maneira que o CMN estabelece a meta anual para inflação, sendo seguido pela definição da Taxa Selic pelo Copom (Comitê de Política Monetária), que possibilita ao BC, por meio de compra e venda de títulos, influenciar a Selic e afetar diretamente a inflação.

Figura 1 – Metas para Inflação – Taxa Selic



Fonte: Banco Central do Brasil – Metas para a Inflação (2021).

Apesar da definição das metas de inflação, o cenário macroeconômico tende a variar em razão de diversos fatores, dentre eles as crises. Essas variações por muitas vezes fazem com que as metas não sejam atingidas, fator este que pode culminar em índices superiores à meta estabelecida ou até mesmo abaixo da meta.

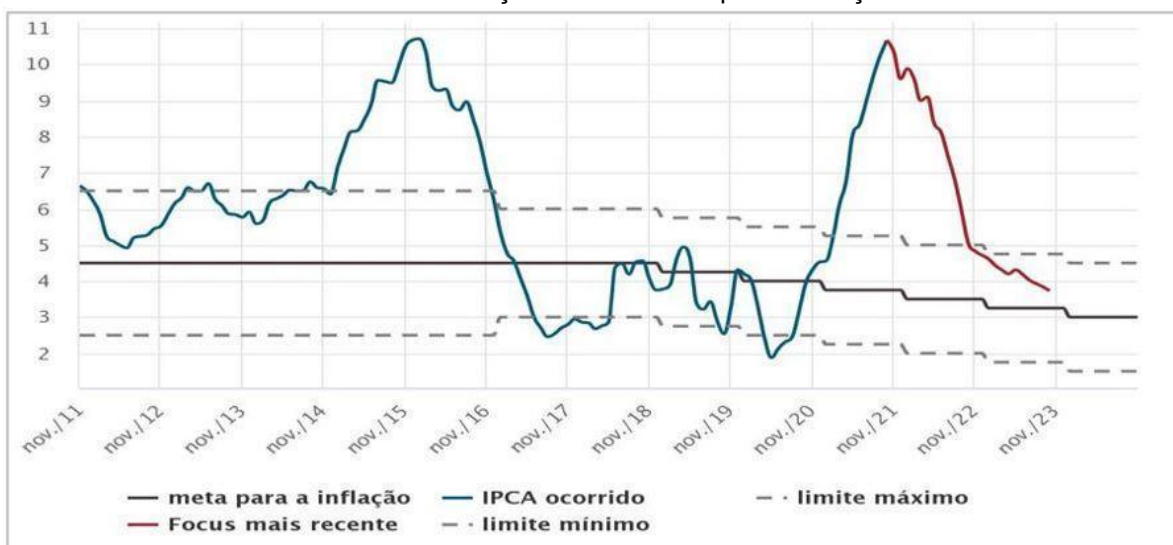
A meta para inflação definida para 2020, segundo dados do Banco Central do Brasil, era de 4,00%, no entanto, como pode ser observado no gráfico 2, o valor alcançado foi de 4,52%, ficando acima da meta, porém abaixo do limite máximo de variação. Para 2021 a meta é de 3,75%, mas, influenciado pela crise global decorrente da pandemia da Covid-19, o mês de outubro fechou com um índice de 10,67% e as projeções apontam para um fechamento em dezembro na casa dos 9,6% (gráfico 2).

Os dados do Banco Central do Brasil mostram ainda que para os anos de 2022, 2023 e 2024, as metas para inflação foram estabelecidas em 3,5%, 3,25% e 3,00%

respectivamente. Entretanto, as projeções apontam para índices acima da meta para cada um dos períodos (exceto para 2024 que ainda não possui projeção).

Ainda, pode-se observar uma tendência de queda nos índices a partir de fevereiro de 2022, prevendo-se um índice de 4,72% em dezembro e 3,73% em outubro de 2023, ambos acima da meta estabelecida, porém abaixo do limite máximo.

Gráfico 2 – Preços - IPCA e meta para a inflação



Fonte: Banco Central do Brasil – Metas para a Inflação (2021).

Considerando as projeções de índices elevados para a inflação, a Taxa Selic tem estimativa projetada de 8,25% para dezembro de 2021 e de 8,75% para o final de 2022 (INFOMONEY, 2021).

Nesse conturbado contexto de variações em decorrência da pandemia da Covid-19, o câmbio também tem sofrido variações. Segundo dados do E-Investidor (2020) e do InfoMoney (2020), o real apresentou grande desvalorização cambial frente ao dólar, atingindo uma desvalorização de -36,51% no final de abril de 2020, chegando bem próximo a marca de R\$6,00 por US\$1,00 em maio.

Ao analisar a variação cambial antes da pandemia (2019) e durante a pandemia (2020 e 2021), pode-se observar como a crise sanitária impactou expressivamente a estabilidade cambial brasileira.

Tabela 1 – Variação do câmbio por trimestre – Real x Dólar

Ano	2019		2020		2021	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa
1º	3,97	3,65	5,20	4,02	5,84	5,16
2º	4,08	3,82	5,94	4,89	5,71	4,92
3º	4,18	3,74	5,65	5,11	5,44	5,00
4º	4,26	3,98	5,78	5,06	5,71	5,39

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Banco Central do Brasil – Cotações e Boletins (2021). Valores expressos em reais – R\$ por US\$1,00).

A desvalorização cambial do real frente ao dólar ainda deve perdurar pelos próximos meses. Dados do InfoMoney (2021) apresentam estimativas para cotação do dólar a R\$ 5,25 em dezembro de 2021, patamar que deve ser mantido ao final de 2022.

Sinais de retomada?

De acordo com InfoMoney (2021), o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou um crescimento de 5,9% na economia mundial em 2021 e de 4,9% em 2022. No entanto, o FMI considera que o controle da pandemia é fator determinante para o favorecimento da economia global. E, caso não ocorram avanços adequados na vacinação contra o vírus, as restrições à mobilidade podem perdurar por tempo indeterminado.

Tal prolongamento de restrições poderão impactar negativamente diversos setores da economia e assim dificultar ainda mais a recuperação e a retomada do crescimento econômico. Logo, pode-se observar o quão desafiadores são os efeitos e os impactos desta crise sanitária, de proporções globais, para a economia mundial.

No Brasil, a retomada segue em passos lentos. À medida que a população recebe as doses do imunizante contra a Covid-19, as atividades vão retomando seu curso habitual, mas ainda em ritmo desacelerado e com algumas medidas restritivas.

Leal (2020, p. 1161) afirma que “o mundo após a COVID-19 será diferente do mundo de antes, não apenas do ponto de vista dos desafios econômicos, mas também na perspectiva da geopolítica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou possibilitar uma melhor compreensão da economia brasileira através da análise dos impactos das políticas macroeconômicas diante da situação vivenciada no Brasil antes da adoção do Plano Real, onde em decorrência de altos índices inflacionários promoveu-se grande instabilidade econômica e cambial, bem como o desenrolar do processo de estabilização monetária e cambial promovido pela nova moeda nacional.

Através dos levantamentos feitos durante os estudos, pode-se concluir que foram expressivos os benefícios à economia brasileira em virtude da adoção de políticas macroeconômicas visando o alcance da estabilidade monetária e cambial do país, em especial o Plano Real.

Ainda é possível observar que diante das tentativas anteriores de contenção dos crescentes e estrondosos índices inflacionários, através dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II, o Plano Real se destaca como o único com resultados reais e duradouros na estabilização da economia brasileira, vindo a subsistir por estes 27 anos.

Em tese, pode-se entender que passados 27 anos desde sua implantação, o Plano Real ainda gera impactos positivos à estabilidade monetária e cambial do país. Mesmo diante de crises nacionais e internacionais os índices inflacionários não retomam as expressivas marcas registradas antes de sua adoção, mas pelo contrário, atingem quedas como a registrada em maio de 2020, de 0,59%, que por sinal é a maior deflação desde o início do Plano Real.

Considerando estes pontos, nota-se que, apesar da desvalorização da moeda brasileira frente à pandemia da Covid-19, o Banco Central do Brasil tem assegurado a estabilidade do poder de compra da moeda nacional de maneira que as sucessivas remarcações de preços e as incertezas econômicas, presentes nos anos que antecederam a implantação do Plano Real, permanecem no passado.

Contudo, a pandemia da Covid-19, que se apresenta como um novo desafio de escalas colossais tanto para a saúde quanto para a economia global, acendeu um

alerta quanto aos riscos de uma nova ascensão dos índices inflacionários e de uma nova desestabilização econômica do Brasil.

Esta pesquisa limitou-se a uma análise do contexto macroeconômico da economia brasileira em seu passado recente, fazendo uma breve comparação entre as dificuldades macroeconômicas observadas no período pré Plano Real e após a sua implantação entre os anos de 1994-1995. Um estudo complementar a esta pesquisa poderá vislumbrar conhecer os impactos nos setores microeconômicos causados pela pandemia da Covid-19, para identificação daqueles mais afetados e que contribuíram para a ameaça à estabilidade macroeconômica observada atualmente.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Eliana Anastacia. **Economia Brasileira ao alcance de todos**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 200 p.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”. **Revista Katálysis**, v. 23, Florianópolis, p. 615-624, 2020.

Coleção História Contada do Banco Central do Brasil: Armínio Fraga. **Banco Central do Brasil**, v. 24, Brasília, 2019. 166 p.

Cotações e boletins. **Banco Central do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>>. Acesso em: 14 de nov. 2021.

Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?. **Politize!**, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>>. Acesso em: 07 de mai. 2021.

Entenda por que o real é a moeda que mais se desvalorizou em 2020. **Estadão**, 2020. Disponível em: <<https://investidor.estadao.com.br/mercado/real-moeda-mais-desvalorizada-2020/>>. Acesso em: 07 de mai. 2021.

Estatísticas Fiscais e Planejamento - Sobre Política Fiscal. **Ministério da Economia**, 2020. Disponível em: <

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em: 24 de out. 2021.

FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; SANTA RITA, Luciana Peixoto. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, Edição Especial, Salvador, p. 459-476, abril, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 290 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 216 p.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 768 p.

GULLO, Maria Carolina. A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações/The Economy in Pandemic Covid-19: Some Considerations. **ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020.

Histórico da pandemia de COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

IPCA-15 tem queda de 0,59% em maio, maior deflação desde o início do Plano Real. **InfoMoney**, 2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/ipca-15-tem-queda-de-059-em-maio-maior-baixa-desde-o-inicio-do-plano-real/>>. Acesso em: 07 de mai. 2021.

LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio (Org.); BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia Brasileira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 328 p.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen. Da Bíblia de Gutenberg à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1161-1165, 2020.

LOPES, Luckas Sabioni; SOARES, Thiago Costa. Regimes inflacionários e ciclos econômicos: A experiência brasileira pós-Plano Real. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 4, p. 410-428, 2018.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **O Brasil sob a ordem: a economia brasileira contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 392 p.

Metas para a inflação. **Banco Central do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

OREIRO, José Luis da Costa. Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Politika**, n.2, p. 16-33, 2015.

_____. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012.

Para FMI, continua a ser crucial controlar pandemia para apoiar economia global. **InfoMoney**, 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/para-fmi-continua-a-ser-crucial-controlar-pandemia-para-apoiar-economia-global/>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Editora, 1998. 224 p.

Política cambial. **Banco Central do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/politicacambial>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

Política fiscal, monetária e cambial: qual a diferença?. **Politize!**, 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politica-fiscal-monetaria-e-cambial/>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

Política monetária. **Banco Central do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

Política monetária – O que é inflação – Plano Real. **Banco Central do Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>>. Acesso em: 07 de mai. 2021.

Por que estes gestores estão apostando na queda do dólar. **InfoMoney**, 2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/perda-de-folego-do-dolar-leva-gestores-a-reposicionarem-carteras/>>. Acesso em: 07 de mai. 2021.

Projeções para inflação e PIB têm piora em 2021 e 2022, mostra Focus. **InfoMoney**, 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/projecoes-para-inflacao-e-pib-tem-piora-em-2021-e-2022-mostra-focus/>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

Relatório de Inflação. **Banco Central do Brasil**, v.22, n. 4, p. 1-83, Brasília, dez. 2020.

SICSÚ, João. Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Texto para Discussão, n. 1346. Brasília, 2008.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. **Economia e Mercados: introdução à economia**. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 256 p.

SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. **Economia Brasileira: Da Primeira República ao Segundo Governo Lula**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 224 p.

Taxa Selic: o que é e como ela afeta sua vida?. **Politize!**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/taxa-selic-o-que-e/>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

Tripé macroeconômico: o que é. **Politize!**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>>. Acesso em: 22 de out. 2021.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 480 p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 323 p.